

Legado macabro

Severo Gomes

No campo dos direitos humanos, o governo Sarney deixa à administração Collor uma herança tenebrosa: o genocídio lento, gradual e seguro do povo ianomami. Nos últimos quatro anos, as ações governamentais resultaram na morte de 15% daquela população indígena, avaliada pelo derradeiro censo da Funai em 10 mil almas.

Ninguém confessa a existência de uma política de "solução final" para a questão ianomami, à semelhança da que foi posta em prática na Europa, há meio século, com relação aos judeus. Mas o objetivo dos planos em curso é liquidar a presença indígena naquela área de Roraima, reivindicada por grupos que mascaram interesses de mineração com problemas de segurança nas fronteiras do país.

A cronologia do massacre evidencia esse propósito. Até 1985, quando ainda não ocorrera a descoberta de ouro e outros minerais em terras ianomami, os índios viveram tranquilamente na floresta que os abriga desde tempos imemoriais. Não havia disputas em torno daquele território, tanto que a Funai, a 25 de janeiro daquele ano, baixou a portaria 1718/85, reservando 9,4 milhões de hectares para a demarcação do Parque Indígena Ianomami.

Depois de promulgada a nova Constituição, que garante o direito dos índios, a Funai, então sob a chefia de Romero Jucá Filho, atual governador de Roraima, baixou portaria (250/88, de 10 de novembro), que considerava território ianomami somente as 19 áreas imediatamente contíguas às principais malocas indígenas. Cada área passou a ser isolada das restantes e a soma de todas baixou para 2,4 milhões de hectares. Com um simples ato administrativo, subtraiu-se dos índios mais de duas terças partes de suas terras.

Foi esse o tiro de partida para a invasão organizada das reservas indígenas. Milhares e milhares de garimpeiros avançaram sobre o território ianomami, levando consigo as doenças da civilização branca antes desconhecidas na região, como a gripe, a hepatite, a tuberculose, a pneumonia, a malária e as infecções venéreas. E os índios começaram a morrer como moscas, porque jamais desenvolveram defesas orgânicas contra esses males.

Além disso, em contato com o branco o índio acaba perdendo seu vínculo natural com a floresta, através da absorção de valores estranhos que culminam com sua desagregação sócio-cultural. Daí advém o alcoolismo, a prostituição e a degradação completa, antes da morte provocada pelas doenças.

Em outubro último, o Ministério Público entrou com uma ação pleiteando a interdição das pistas de pouso clandestinas existentes no território. Pouco depois, outra ação exigiu a retirada imediata de todos os grupos não-indígenas dos 9,4 milhões de hectares delimitados pela Funai em 1985. A Justiça concedeu as liminares. Mas o presidente Sarney não cumpriu a ordem judicial: em vez disso, assinou novos decretos, em janeiro deste ano, criando novas reservas garimpeiras dentro da área ianomami. Esses decretos levaram a Procuradoria da República a representar contra o presidente e os ministros signatários desses atos, junto à Câmara dos Deputados, por crimes de responsabilidade e desobediência.

Esse é o quadro à espera do novo chefe do governo. E o mundo inteiro, literalmente, está de olhos voltados para a solução que interromperá o massacre.